



GT 004. A Produção Indígena nos Cursos de Licenciaturas Interculturais: diálogos interdisciplinares e saberes tradicionais na educação superior

Marcos Antonio Braga de Freitas (Universidade Federal de Roraima) - Coordenador/a, Carlos Kleber Saraiva de Sousa (Universidade Federal do Ceará) - Coordenador/a

A educação superior brasileira no século XXI tem buscado novos desafios com as demandas das populações oriundas das camadas populares e de vulnerabilidade social, quilombolas, povos indígenas, entre outros segmentos sociais do país com a inclusão e o acesso às universidades a partir de políticas de ações afirmativas e cursos específicos, a exemplo da Educação do Campo e Licenciaturas Indígenas. O Ensino Superior Indígena no Brasil, tem uma história de luta, resistência e os marcos legais conquistados com a Constituição Federal de 1998 (art. 210 e 231), LDB 9.394/1996 (art. 78 e 79) e do Conselho Nacional de Educação. A educação superior indígena é uma realidade com as experiências iniciais nos anos de 2000 a 2005, a exemplo, da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Goiás (UFG); entretanto, se expandindo para outras instituições de ensino superior, tendo hoje aproximadamente 28 cursos de licenciaturas interculturais indígenas no Brasil, inclusive sendo criado em 2005, o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígena no âmbito do Ministério da Educação para fomentar essa expansão e manutenção dos cursos. A proposta do GT é discutir as experiências em curso nas universidades brasileiras no contexto das licenciaturas interculturais, sobretudo, de que forma a produção indígena tem reflexos nas escolas e comunidades indígenas.

Tema contextual como possibilidade transdisciplinar na educação intercultural indígena

Autoria: Luciana de Oliveira Dias

O presente texto é resultado de um esforço intelectual para uma melhor compreensão dos temas contextuais (aulas) como alternativas às limitações disciplinares, herdadas da ciência moderna e do racionalismo que se consolidaram no século XVII, em ambientes de produção do conhecimento. Para imprimir neste manuscrito argumentos elucidativos do que sejam e como se realizam os temas contextuais, foi desenvolvido um estudo de algumas aulas acontecidas no curso de formação superior de docentes indígenas, Educação Intercultural, da Universidade Federal de Goiás - UFG. A Educação Intercultural funciona, desde o ano de 2007, no Núcleo Takinahaky; de Formação Superior Indígena da UFG e conta hoje com mais de vinte povos compondo seu corpo discente, quais sejam: Apinajé, Bororo, Canela, Gavião, Guajajara, Javaé, Juruna, Kaiapó, Kamaiurá, Karajá, Krahô, Krikati, Kuikuro, Tapirapé, Tapuia, Timbira, Xakriabá, Xambioá, Xavante, Xerente, Yawalapiti e Waurá, perfazendo um total de 281 estudantes no ano de 2017. Esses estudantes, que são também docentes em suas aldeias, são atendidos por quinze professores e professoras do quadro efetivo-permanente e alguns/algumas colaboradores/as. As aulas são desenvolvidas em turmas que são constituídas por estudantes pertencentes a diferentes povos indígenas, o que favorece complexos encontros interculturais. As aulas que foram selecionadas para subsidiarem a produção das reflexões e discussões aqui apresentadas aconteceram no ano de 2016 durante os temas contextuais nos quais atuo como docente, quais sejam: "Direitos Indígenas" e "Direitos sobre Conhecimentos Tradicionais". Esses temas contextuais são oferecidos para estudantes que se encontram na metade do curso e suas ementas recebem um enfoque na relação entre sistemas jurídicos próprios das sociedades indígenas e suas relações com os direitos institucionalizados pelo Estado. São tematizadas questões de identidade, direitos indígenas, luta e resistência. A proposta, ao focar nesses dois



temas contextuais, foi acentuar algumas discussões sobre questões de dignidade, cidadania e realização de justiça. Pôde ser considerado que os temas contextuais têm demonstrado que uma ampliação de horizontes epistêmicos acontece nos instantes de instauração de práticas pedagógicas e ambientes dialógicos e reflexivos compostos por agentes que partem de bases culturais diferenciadas.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**